

10 milhões sem visto prévio: quando o Estado afrouxa o controlo num país já corroído pela suspeita



BOX DE FACTOS

- O Governo aprovou uma alteração que dispensa o visto prévio do Tribunal de Contas para contratos públicos até 10 milhões de euros.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

longe de ser um valor menor ou irrelevante.

- No Índice de Percepção da Corrupção de 2025, Portugal desceu para 56 pontos.
- A percepção pública e empresarial da corrupção em Portugal continua muito elevada.

10 milhões sem visto prévio: quando o Estado afrouxa o controlo num país já corroído pela suspeita

Há reformas que simplificam. E há reformas que, embrulhadas na linguagem da eficiência, acabam por desarmar os poucos travões que ainda restam num regime onde o dinheiro público sempre encontrou demasiadas portas entreabertas.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

historicamente lida com o dinheiro dos contribuintes. Não estamos a falar de pequenas despesas correntes. Não estamos a falar de papel, computadores ou reparações menores. Estamos a falar de contratos de milhões. De muitos milhões. E, no entanto, a operação vem apresentada sob o perfume burocrático da simplificação.

É claro que todo o aparelho do Estado precisa de ser desburocratizado. É evidente que a lentidão administrativa pode asfixiar investimento, atrasar obras e converter cada procedimento numa procissão kafkiana. Mas uma coisa é cortar gordura burocrática. Outra, bem diferente, é afrouxar o controlo prévio sobre contratos públicos de dimensão milionária num país onde a confiança no regime já está corroída pela suspeita, pelo histórico de promiscuidade e pela cultura da irresponsabilidade difusa.

Em teoria, o argumento do Governo parece sedutor: menos entraves, mais rapidez, mais capacidade de execução. Em teoria, até se pode defender que um Estado demasiado travado por mecanismos prévios se torna incapaz de agir. O problema começa quando se recorda que Portugal não é a Dinamarca, não é a Finlândia e não é uma república austera de escrúpulo administrativo quase protestante. É Portugal. E em Portugal, a história recente ensina-nos que o dinheiro público tem uma capacidade quase artística para escorrer

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O país da fiscalização tardia

O visto prévio do Tribunal de Contas não existe por gosto ornamental nem por capricho jurídico. Existe porque o controlo posterior, em demasiados casos, chega quando o dano já está feito. O dinheiro já foi comprometido. O contrato já foi executado ou entrou em execução. A responsabilidade já se diluiu entre serviços, gabinetes, pareceres e desculpas. E o contribuinte, esse figurante silencioso do regime, volta a assistir ao espectáculo habitual: toda a gente sabia, ninguém viu, ninguém responde.

É precisamente isso que torna esta decisão tão inquietante. O Governo não está apenas a simplificar. Está a deslocar o momento do escrutínio para depois da porta aberta. Está a dizer, no fundo, que prefere confiar mais na máquina administrativa e nos controlos internos do que no travão prévio de uma instituição criada para proteger a legalidade financeira do Estado. Num país saudável, isso já seria discutível. Num país como Portugal, é quase um acto de fé. E o problema do regime é precisamente esse: tem fé excessiva nas suas próprias estruturas e respeito insuficiente pela experiência acumulada das suas falhas.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

mera reorganização procedimental. Dez milhões não são trocos administrativos. Não são ruído estatístico. Não são uma margem irrelevante. São já contratos capazes de determinar obras, serviços, aquisições e decisões de peso significativo na vida pública. E quando se isenta desse filtro prévio uma parcela tão larga da contratação, altera-se não apenas um mecanismo técnico, mas a própria filosofia do controlo.

Num país onde a cultura de responsabilização política é fraca, onde a demissão quase nunca acompanha o escândalo, onde os grandes casos se arrastam, se esvaziam ou morrem nos interstícios do processo, retirar controlo prévio é um convite perigoso à levandade. Não significa que todos os contratos venham a ser corruptos. Isso seria simplismo. Significa algo mais profundo: que o sistema fica estruturalmente mais vulnerável num ambiente onde a vulnerabilidade já era grande.

A corrupção como atmosfera

Chegamos aqui ao ponto essencial. O problema português não é apenas a corrupção judicialmente provada. É a corrupção como atmosfera, como suspeita estrutural, como fundo moral do regime. A Transparency International Portugal assinalou que o país caiu para 56 pontos no Índice

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Estes números não demonstram automaticamente cada caso concreto, mas revelam uma verdade politicamente devastadora: o regime vive há muito em défice de confiança ética.

Nesse contexto, afrouxar mecanismos de controlo prévio não parece modernização. Parece desarmamento. Parece a típica reforma concebida por quem confunde execução com pressa, escrutínio com incómodo e fiscalização com obstáculo. E é exactamente assim que os sistemas apodrecem: não pela legalização explícita do abuso, mas pela normalização progressiva de condições onde o abuso se torna mais fácil, mais rápido e mais difícil de travar a tempo.

O velho vício português: chamar eficiência ao recuo do controlo

Portugal tem uma longa tradição de baptizar mal os seus problemas. Chama reforma ao remendo. Chama estabilidade à estagnação. Chama prudência ao medo. Chama simplificação a operações que, em certos casos, apenas diminuem o atrito institucional contra decisões potencialmente nocivas. Esta parece ser mais uma dessas ocasiões.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Os serviços pedem libertação. Tudo isso faz parte da lógica do poder. Mas é precisamente por isso que os mecanismos de controlo existem: porque o poder, deixado sozinho consigo próprio, tende quase sempre a considerar excessivo qualquer limite que o contrarie.

E há algo ainda mais inquietante: esta decisão surge num tempo em que o próprio Governo se apresenta publicamente como comprometido com o combate à corrupção. O contraste é quase literário. De um lado, discursos sobre integridade, transparência e confiança institucional. Do outro, uma reforma que alivia o crivo prévio sobre contratos públicos milionários. É difícil não ver aqui uma contradição severa. Ou, pelo menos, uma perigosa subestimação do ecossistema moral em que o Estado português realmente opera.

Não é cinismo: é memória

Alguém dirá que esta crítica é excessiva, que parte de um preconceito contra o Estado e que ignora a necessidade de agilizar a administração. Mas não se trata de cinismo. Trata-se de memória. Memória do BPN, do BES, da teia infinita de negócios ruinosos, das PPP, das derrapagens, dos contratos nebulosos, dos favores cruzados, das nomeações opacas e dessa doença nacional chamada falta de consequência.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

É por isso que o recuo do controlo prévio, longe de tranquilizar, alarma. Porque não ocorre num vácuo ético. Ocorre dentro de um sistema já marcado pela suspeita pública, pela fadiga democrática e pela convicção crescente de que os mecanismos de autocontrolo do regime são fracos, tardios ou selectivos. E quando os cidadãos já partem do princípio de que quase tudo acaba por ser negociado entre círculos fechados, retirar uma camada de fiscalização prévia é mais do que uma decisão administrativa: é uma mensagem política.

Epílogo

Desburocratizar o Estado é necessário. Mas há uma linha fina entre tornar o Estado mais eficaz e torná-lo mais permeável. Num país com instituições robustas, cultura de integridade alta e responsabilização exemplar, talvez se pudesse discutir serenamente uma diminuição tão drástica do controlo prévio. Em Portugal, onde a corrupção é percepcionada como endémica e a fiscalização chega demasiadas vezes tarde, a medida parece menos reforma e mais imprudência institucional.

Talvez seja essa a pergunta central: quando um regime vive já cercado por suspeita, deve o Estado tornar mais fácil o

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Num país onde a corrupção se instalou no coração moral do regime, dispensar o visto prévio até 10 milhões não parece modernização — parece apenas dar mais velocidade ao risco.

Fonte de inspiração

Este artigo parte da decisão governamental de dispensar o visto prévio do Tribunal de Contas em contratos públicos até 10 milhões de euros e da convicção, amplamente sedimentada na sociedade portuguesa, de que o problema da corrupção e da promiscuidade entre poder político, administrativo e económico continua longe de estar resolvido.

Referências

- Governo de Portugal — Comunicado do Conselho de Ministros de 9 de Abril de 2026
- ECO — Visto prévio do TdC deixa de existir em contratos com valor inferior a 10 milhões
- Diário de Notícias da Madeira / Lusa — Governo quer isentar de visto prévio contratos até 10 milhões

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Country Chapter on Portugal

Francisco Gonçalves, com coautoria editorial de
Augustus Veritas
para **Fragmentos do Caos**

Quando o poder político chama eficiência ao recuo do controlo, o contribuinte faria bem em segurar a carteira e desconfiar da poesia oficial.

[leia]



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

[Ebooks](#)

[Carrossel](#)

 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)